MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Acordo n.º 22/2014

Alteração do Acordo de Colaboração para a Requalificação da Escola Básica de Vimioso, Bragança

Primeiro outorgante: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, representado pelo Diretor-Geral, José Alberto Moreira Duarte.

Segundo outorgante: Município de Vimioso, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Baptista Rodrigues.

Considerando que:

A. A Lei Orgânica do Ministério de Educação e Ciência (MEC), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, procedeu à extinção das Direções Regionais de Educação, nomeadamente da Direção Regional de Educação do Norte, cujas atribuições foram, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, integradas na Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

B. Com vista à requalificação e substituição da Escola Básica de Vimioso, Bragança, foi celebrado o Acordo n.º 149/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de dezembro, devidamente homologado.

C. Nos termos previstos na cláusula 4.ª ficou estabelecido que o custo do empreendimento era de € 840.225,45, incluindo IVA à taxa legal em vigor, sendo que a Direção Regional de Educação do Norte suportaria pelo PIDDAC a quantia de € 168.045,09, correspondente à comparticipação nacional de 20 %.

D. O Segundo outorgante apresentou, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), candidatura para obtenção de fundos nos termos da Operação com o código Norte-10-0144-FEDER-000451, designada por “Reabilitação/Remodelação da Escola EB23 e Pavilhão Desportivo de Vimioso”, cuja comparticipação do FEDER corresponde a uma taxa de cofinanciamento de 85 % do custo total elegível.

E. Por força do estipulado na alínea D, supra, a taxa de comparticipação do MEC é reajustada para 15 %.

F. Conforme estipulado no artigo 5.º do Acordo n.º 149/2011, ficou estabelecido o prazo de conclusão do empreendimento.

é celebrada a presente alteração ao Acordo identificado em B., supra, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Em todo o articulado onde se lê “DREN”, deve passar a ler-se “DGEstE”.

Cláusula 2.ª

A artigo 4.º passa a ter a seguinte redação:

“O custo do empreendimento é de € 840.225,45, incluindo IVA à taxa legal em vigor e será suportado nas seguintes condições:

1 — A DGEstE suportará pelo PIDDAC a quantia correspondente à comparticipação nacional de 15 %, IVA incluído, até ao montante máximo de € 126.033,82;

2 — ... (mantém).

3 — ... (mantém).”

Cláusula 3.ª

O artigo 5.º passa a ter a seguinte redação:

“A requalificação das instalações da Escola Básica de Vimioso, Bragança deverá concluir-se até 29 de julho de 2013.”

5 de junho de 2013. — Pelo Primeiro Outorgante, o Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares, *José Alberto Moreira Duarte*. — Pelo Segundo Outorgante, o Presidente da Câmara Municipal, *José Baptista Rodrigues*.

Homologo.

O Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, *João Casanova de Almeida*.

208215444

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Autoridade para as Condições do Trabalho

Despacho (extrato) n.º 13814/2014

Faz-se público que, por meu despacho datado de 24 de outubro de 2014, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e do n.º 3 do artigo 99.º da lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pelo referido diploma, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna de Sandra Marisa Amaral Carreira Nunes Santos, Técnica Superior, no mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho.

31 de outubro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208217478

Louvor n.º 560/2014

Desde o dia 1 de outubro de 2007, com a aprovação da orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), até 31 de outubro de 2014, a inspetora superior principal, Maria Adelaide da Rosa Simeão Godinho Russo, desempenhou o cargo de Diretora do Centro Local do Alto Alentejo (CLAA) assegurando a direção daquele serviço desconcentrado da ACT por forma a ser possível o prosseguimento das atribuições legais do CLAA.

Estas funções foram desempenhadas com elevado sentido de serviço público, responsabilidade, disponibilidade e dedicação, tendo o seu desempenho sido imprescindível para assegurar o bom funcionamento daquele Centro Local.

Perante o exposto, demonstro publicamente o meu reconhecimento, louvando a inspetora superior principal Maria Adelaide da Rosa Simeão Godinho Russo pelo seu profissionalismo que reflete, não apenas o conhecimento do serviço público associado ao funcionamento do CLAA, bem como o zelo e distinção evidenciados no desempenho das suas funções.

4 de novembro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

208217348

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Castelo Branco

Despacho n.º 13815/2014

Subdelegação de competências

O diretor do Centro Distrital de Castelo Branco, licenciado António de Melo Bernardo, pelo Despacho n.º 12.447/2014, datado de 30 de setembro de 2014, publicado no DR n.º 195, 2.ª série, de 9 de outubro de 2014, subdelegou competências em mim, Luís Carlos Mendes Plácido, diretor da Unidade de Prestações e Contribuições, com faculdade de subdelegação.

Nos termos dos artigos 36 e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, no âmbito da respetiva competência, subdelego:

1 — Na Diretora do Núcleo de Prestações, licenciada Maria Lopes Afonso dos Santos Coelho, no âmbito do respetivo Núcleo e com autorização de subdelegação:

1.1 — A competência para:

1.1.1 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações familiares e de deficiência;

1.1.2 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações de desemprego, incluindo o subsídio social de desemprego — bem como o montante global das mesmas — e ainda outras relacionadas com a cessação do contrato de trabalho;

1.1.3 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação dos subsídios no âmbito da proteção na parentalidade;

1.1.4 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação dos pedidos de subsídio de doença;